

09 SET 1997

**Potencial de investimento
em projetos de infra-estrutura**

	US\$ bilhões	Nº de projetos
Eletricidade	85,7	557
Transportes/portos	38,7	132
Petróleo	32,1	134
Papel e celulose	12,5	39
Saneamento	9,6	44
Produtos minerais/cimento	5,9	33
Ferro e aço	5,4	62
Total	189,9	1.001

Fonte: ABDIB

“Brasil tem tempo para resolver déficit em conta corrente”

Governo busca tranquilizar os investidores

Maria Clara R. M. do Prado
de Londres

Uma delicada questão temporal está afetando a percepção do mercado financeiro internacional sobre o comportamento da economia brasileira. O governo sabe disso, mas decidiu manter o rumo do processo que busca garantir as reformas necessárias à consolidação do real.

“Eu concordo em que nós temos um problema de tempo, mas até aqui ele tem nos ajudado”, disse ontem em Londres o secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros. Ele aposta que vai dar tempo de resolver as dificuldades que envolvem o crescente déficit externo da conta-corrente sem grandes traumas, da mesma forma como o governo conseguiu reestruturar o sistema bancário do País e avançou aceleradamente no programa

do internacional, principalmente nos Estados Unidos: que o Brasil, mais rápido do que se imaginava, seja obrigado a repetir a desvalorização que impactou o peso mexicano no final de 1994.

Fazendo eco às vozes de seus clientes, Seth Oliphant, um norte-americano que trabalha em Nova York na Economicata, empresa de consultoria na área de análise de ações, acompanhou o seminário em Londres e disse para este jornal que há uma “grande, grande preocupação com relação ao Brasil especialmente junto aos investidores norte-americanos”. A Economicata tem como clientes grandes bancos e fundos de investimento dos Estados Unidos e, segundo Oliphant, a percepção de que uma desvalorização cambial vai ocorrer no Brasil mais cedo do que se podia esperar cresceu substancialmente nos últimos meses, a partir da crise cambial desenca-



José Roberto Mendonça de Barros

de privatização.

No campo da previdência social, o governo está ciente de que a proposta de reforma em tramitação no Congresso Nacional representa pouco para o que é preciso fazer. No final da semana passada, o assunto começou a ser rediscutido pela equipe econômica, agora com a presença de André Lara Resende, que pela terceira vez voltou a dar sua contribuição ao governo. Ele tem como primeira tarefa a definição de um novo desenho para a Previdência, algo que consiga combinar a previdência pública com um esquema de previdência privada e que se apóie na capitalização, seja através da criação de fundos com quotas individuais ou fundos de pensão diretamente ligados às empresas.

Um ponto, no entanto, é tido como vital para que o novo sistema não apresente problemas no futuro: a definição de uma idade mínima para efeito de contribuição, porque sem isso não há como garantir a sustentação. O objetivo é evitar que pessoas se aposentem com 40 anos ou 45 anos de idade, conforme ocorre hoje.

Sabe-se também que a privatização vai começar nas próximas semanas a apresentar seus efeitos sobre a máquina da administração direta do governo. O ministro das Comunicações, Sérgio Motta, já tem no papel uma proposta para extinguir o Ministério. Este será substituído pela agência nacional de telecomunicações.

Mendonça de Barros não escapou, no entanto, dos questionamentos e dúvidas que cercam os investidores estrangeiros. Ele foi o principal orador no seminário sobre o Brasil – promovido pela Associação das Empresas de Mercado Aberto (Abrasca) no Hotel Savoy – e, ao final do almoço, foi confrontado com duas perguntas relacionadas àquilo que é hoje mais temido no merca-

deada no Sudeste Asiático.

Contando com o tempo a favor, Mendonça de Barros acha que o Brasil está vivendo agora o começo de um novo ciclo de investimentos, “de modo que a partir de certo momento do plano vai ocorrer a interação do lado real da economia com as demais variáveis, como a monetária e a fiscal”, disse ele, acrescentando que vê condições para o plano se consolidar a despeito das várias dificuldades. “Não acho que isso seja estruturalmente mais difícil do que, por exemplo, acabar com a indexação depois de 50 anos”, complementou ele.

Ainda assim, sabe-se que o ajuste fiscal está longe de ser garantido e o próprio governo olha com certa cautela para o movimento recente de crescimento das exportações, na esperança de que represente efetivamente uma tendência. Há efetivamente sinais de que os investimentos tendem a crescer como, por exemplo, as projeções feitas pela Associação Brasileira das Indústrias de Base (Abdib) envolvendo um mil projetos de investimento em infra-estrutura, que representariam inversões totais de US\$ 190 bilhões. Mas tudo isso demora um certo tempo.

Os investidores, parece, começam a ficar cansados de esperar pelas tão prometidas reformas brasileiras e isso tem afetado as expectativas, que passaram a ficar contaminadas com a crise dos asiáticos.

“Não acredito que a situação brasileira seja diferente porque o Brasil é diferente da Malásia ou da Tailândia. Não somos melhor, nem pior e nem diferentes – a análise é mais sofisticada do que isso. Nós temos um sistema financeiro reorganizado. Estamos, é verdade, em um início de processo de investimento, mas estamos trabalhando duro para reverter o comportamento da balança comercial e da conta-corrente. Isso tem de melhorar no futuro e a competitividade é que vai produzir esse resultado”, atestou Mendonça de Barros.

O governo brasileiro, depois de três anos de Plano Real, ainda se depara hoje com a questão estrutural do aumento do coeficiente de importações e não tem idéia do nível em que esse coeficiente vai se estabilizar. Só sabe que países com economia estabilizada têm coeficientes de importação menores.